

ENEM uma proposta para selecionar, avaliar ou modelo curricular? O que dizem os professores de Química do ensino médio.

Juliane Leonel de Almeida Mendonça¹ (FM)*, Rejane Maria Ghisolfi da Silva² (PQ)

¹*Escola Estadual Maria da Conceição Barbosa de Souza, Praça Vasco Gifone S.N., Bairro Saraiva, Uberlândia – MG; jlamendonca@hotmail.com.*

²*Departamento de Metodologia de Ensino, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina; rejanemgsilva@gmail.com*

Palavras-Chave: ENEM, Química, professores.

RESUMO: Este trabalho tem como propósito investigar a percepção dos professores de Química sobre o Exame Nacional do Ensino Médio. Um dos pressupostos é que os processos seletivos para ingresso no ensino superior tem sido um dos principais organizadores do currículo do ensino médio. Assim, o ENEM pode se configurar como uma das vias para as mudanças curriculares propostas para o “novo ensino médio”. Utilizou-se de uma pesquisa qualitativa tendo como instrumento a entrevista semi-estruturada. Os resultados sugerem que o ENEM, ainda, não é visto, pela maioria dos docentes, como uma forma de trazer melhoria para o aluno da rede pública de ensino. Visto que, como passaporte para o ensino superior, ficou envolto por controvérsias, pois são os alunos da escola particular que conseguem obter resultados significativos. Ele é tido como um regulador da ação docente, que se sente aprisionado em cumprir os conteúdos cobrados nessa avaliação.

INTRODUÇÃO

Os sistemas nacionais de avaliação têm sido constantemente tema de discussões nos diferentes níveis de intervenção, incluindo órgãos e instâncias de decisão ao nível político, assumindo assim a centralidade nas gestões públicas do Brasil. Como se sabe, subjazem aos processos nacionais de avaliação finalidades voltadas para uma sociedade democrática e com um ensino de boa qualidade. Entre os processos de avaliação sistemática desenvolvidos pelo governo federal podemos citar o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que tem como objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. Todavia, recebe algumas críticas no sentido de que o mesmo está pautado em lógicas simplistas, tais como homogeneidade, reducionismo, tecnicidade e aprisionamento dos sistemas educativos. Visto que, é um processo avaliativo de abrangência nacional e não considera as diferenças regionais; é um sistema mensurável, portanto, pode ser assumido pelo sistema contratual de mercado (CURY, 1997); pode se tornar em mais um *marketing* para a escola não se constituindo em referência para análises de situações de aprendizagem e projetos de otimização de possibilidades de melhorias no ensino; Ademais, subjaz ao novo Enem uma proposta curricular “que ignora o papel dos professores na preparação dos estudantes para se tornarem cidadãos críticos e ativos, ou sugere reformas que ignoram a inteligência, julgamento e experiência dos professores” (GIROUX, 1997).

Nesse contexto, “não se pode negar a margem de autonomia que o professor constrói, em processos de resistência que vão desde a crítica aberta até a “negligência” com o processo educativo”. Desse modo, o professor passa “pelos mais variados graus de fingimento, pelos quais consegue parecer, diante do olhar burocrático, que está a

fazer o que lhe determinam, quando efetivamente está a fazer o que entende como correto” (CERRI, 2004).

Considerando que o exame segue as orientações das diretrizes curriculares para o ensino médio e que o mesmo pode induzir mudanças nos processos educativos este trabalho tem como propósito investigar o que pensam os professores de Química sobre a proposta do ENEM. Um dos pressupostos, no qual se assenta o estudo é que os processos seletivos para ingresso no ensino superior tem sido um dos principais organizadores do currículo do ensino médio. Desse modo, o ENEM pode se configurar como uma das vias para as mudanças curriculares propostas para o “novo ensino médio”.

ENEM: EM QUESTÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi instituído pelo INEP/MEC pela Portaria nº. 438, de 28 de maio de 1998 e aperfeiçoado nos anos seguintes de sua aplicação, como um exame individual, voluntário, com meta principal de possibilitar a todos os que dele participam uma referência para autoavaliação, a partir das competências e habilidades que compõem a Matriz que o estruturou. Tem por finalidade avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores (BRASIL, 2007).

De acordo com as declarações de Eliezer Pacheco, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em entrevista para o repórter Sandro Santos e disponibilizada no portal do MEC, o ENEM procura avaliar, especialmente, a capacidade do aluno de codificar e contextualizar os problemas vividos no cotidiano. A prova do ENEM tem uma compreensão baseada na inteligência e na construção de conhecimento interdisciplinar. Dessa forma, o aluno deve saber interligar os conteúdos estudados e estar atento aos acontecimentos do cotidiano¹, ou seja, aplicar a interdisciplinaridade e a contextualização do conhecimento obtido.

A portaria MEC nº. 109, de 27 de maio de 2009, define no Art. 1º, “a sistemática para a realização ENEM/2009 como procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania” (BRASIL, 2009a, p. 56). A prova do ENEM, portanto, pretende fazer a análise das competências e das habilidades intelectuais que o aluno deve adquirir ao longo do processo de escolarização no Ensino Básico.

Lopes (2008, p. 168), comentando sobre a vinculação dos processos avaliativos com as competências que o aluno possui, afirma que essa conexão é acentuada nas políticas curriculares do Ensino Médio. De acordo com a autora, essa circunstância se “concretiza em duas situações especiais que ocorrem ao final do Ensino Médio: a seleção do vestibular e o ENEM”.

E explicita:

Os documentos oficiais defendem o ENEM como modelo de avaliação, por estar centrado em situações-problema que envolvem uma série de

¹ Trechos da entrevista com Eliezer Pacheco feita por Sandro Santos e intitulada: Leitura é a chave para realizar um bom ENEM. (BRASIL, [200-]) Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 09/12/2009.

competências dos examinados a serem verificadas. Por outro lado, os documentos não tratam o exame de vestibular como outra avaliação para a qual o estudante do Ensino Médio venha a se preparar. Talvez pelo fato de o vestibular estar mais associado a um modelo curricular acadêmico, modelo que os documentos oficiais pretendem ver superado (LOPES, 2008, p. 169).

Ainda de acordo com ela o ensino por competências aparece nos documentos oficiais defendendo uma garantia de “democratização do ensino” e de serem “comuns a todos os brasileiros”. Mas argumenta que “tal perspectiva pode homogeneizar aspectos que são plurais e que, portanto, não podem ser comuns a todos os brasileiros – caracterizando-se essa ideia como mecanismo de seleção discriminatória”. E acrescenta: “[...] pretende-se com o processo de avaliação nacional também o controle da eficácia do ensino a partir de sistemas de estatísticas e indicadores educacionais” [...] (LOPES, 2008, p. 169).

Em seguida, expõe o que justifica a opção por um ensino fundamentado nas competências nos dias de hoje:

No contexto atual, de acordo com as diversas defesas para as competências como novo foco do ensino, não importa o conteúdo ou a informação, consideradas as constantes mutações e os avanços no campo científico-tecnológico, e sim o que está além do conhecimento e da informação – a aplicabilidade do conhecimento (LOPES, 2008, p. 169).

Entretanto, Lopes (2008) afirma que deixar de lado a organização disciplinar do currículo nos textos não-oficiais, principalmente nos materiais dos docentes, é algo que não se concretiza.

Azanha (2006, p. 156, grifos do autor) relata que “a iniciativa do ENEM é interessante e merece apoio. Contudo, é preciso muita cautela na análise desses resultados “nacionais”, pois, na verdade, não existe uma situação “nacional” do Ensino Médio, dada a diversidade de instituições, programas e práticas”. Completa ainda o autor que “a validade das provas para medir as “competências e habilidades” que se propõem medir é questão que se resolve por portarias ministeriais” (AZANHA, 2006, p. 162, grifos do autor). E que essa não é a forma ideal de se validar uma prova.

De acordo com ele os organizadores do ENEM indicam um grupo de especialistas, considerados preparados para formular questões que são validadas para medir as competências definidas na matriz publicada por esse documento. E afirma que esse processo “é um simples exercício de poder de captação de essências” (AZANHA, 2006, p. 162).

Entretanto, é relevante conhecer alguns aspectos do documento oficial do ENEM, para o que, vão reproduzidos a seguir os seus objetivos, como expressos no Art. 2º da portaria MEC nº. 109:

- I - Oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- III - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior;

- IV - possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais;
- V - promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- VI - promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;
- VII - promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior (BRASIL, 2009a, p. 56).

Percebe-se nos objetivos acima mencionados que, de acordo com os documentos oficiais, o ENEM pretende contribuir para que o educando conheça suas potencialidades tanto para se inserir no mundo do trabalho quanto para ingressar no ensino superior. O novo ENEM/2009 tem sido utilizado por várias instituições como processo seletivo de ingresso no ensino superior, substituindo o vestibular tradicional. Muito embora a utilização do ENEM no processo seletivo de algumas instituições tenha implicado polêmicas, prevaleceu a adesão das universidades federais a esse processo de avaliação (FRANCO E BONAMIGO, 1999).

A proposta do MEC para as instituições federais de ensino superior tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas das Universidades Federais, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

As universidades podem escolher entre 04 (quatro) possibilidades de utilização do ENEM em seus processos seletivos “como fase única, sistema de seleção unificado, informatizado e on-line; como fase primária; combinado com o vestibular da instituição; como fase única para vagas remanescentes do vestibular” (BRASIL, 2009c, não paginado).

Em relação à prova, o Art. 13 de Brasil (2009b) explica a organização do ENEM. O exame constituir-se-á em uma sugestão para redação e 04 (quatro) provas, contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha para cada prova, abordando as várias áreas de conhecimento em que se organizam as atividades pedagógicas da Educação Básica no Brasil:

- Prova I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e redação - que compreende os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Artes e Educação Física;
- Prova II - Matemática e suas Tecnologias - que compreende os seguintes componentes curriculares: Matemática e Estatística;
- Prova III - Ciências humanas e suas tecnologias – que compreende os seguintes componentes curriculares: História, Geografia, Filosofia e Sociologia;
- Prova IV - Ciências da Natureza e suas Tecnologias – que compreende os seguintes componentes curriculares: Química, Física e Biologia (BRASIL, 2009b, p. 18).

De acordo com Brasil (2009a), a “Matriz de Referência” para o ENEM/2009 traz os “eixos cognitivos” que são comuns para todas as áreas de conhecimento:

- I - Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II - Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de

processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

III - Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

IV - Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V - Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural (BRASIL, 2009a, p. 60).

Desse modo, os eixos cognitivos correspondem às competências e habilidades que os avaliados devem possuir.

De acordo com Azanha (2006, p. 165), vários documentos norteadores da educação, como os PCNEM, as DCNEM, entre outros, alegam que “a prática de avaliar competências busca mudar o próprio foco do ensino”, que deixaria de preocupar-se com o acúmulo de informações e passaria a estimular o desenvolvimento de competências. Afirma o autor que, dessa forma, o ENEM “trata-se, portanto, de uma avaliação com uma pretensão amplamente corretiva de práticas de ensino a serem superadas [...]”.

Soares (2007), entretanto, constata que

[...] as iniciativas atuais produzem apenas o monitoramento do sistema educacional. As preciosas informações coletadas precisam ganhar interpretação pedagógica e subsidiar propostas de intervenção pedagógicas ou de gestão para que o sistema pudesse ser mais adequadamente denominado de sistema de avaliação. Isso só pode ser feito de dentro das escolas e com a participação e o protagonismo dos docentes (SOARES, 2007, p. 25).

Completa, ainda, o autor que

No momento há uma dicotomia que precisa ser vencida. Por um lado, os sistemas de avaliação estão cada vez mais presentes, poderosos e caros e organizados com uma visão predominante de cobrança de resultados. Por outro lado, muitos educadores, responsáveis pelas escolas e pelos sistemas, consideram que, apesar de o ordenamento legal exigir a avaliação, a produção de dados sobre o desempenho dos alunos é uma forma de opressão dos docentes (SOARES, 2007, p. 25).

Dessa forma, pelo fato de esse processo ter como um dos seus objetivos promover a avaliação do desempenho das escolas do ensino médio, isso pode representar para os docentes um peso e uma forma de controlar a eficácia de suas ações, com agravante de não terem tido oportunidade de participar na elaboração de qualquer um dos documentos orientadores do ensino ou das formas de avaliação.

METODOLOGIA

Esta investigação é de caráter qualitativo e utiliza como estratégia para a busca de dados, a entrevista semi-estruturada com os sujeitos pré-selecionados e a análise

documental. Desenvolveu-se no primeiro semestre de 2009 com docentes de Química que atuam no ensino médio da rede pública de ensino, de uma cidade do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais.

A escolha dos sujeitos seguiu os seguintes critérios: ser professor de Química no ensino médio, fazer parte da rede pública de ensino e ter disponibilidade para ser entrevistado. Os professores foram designados com nomes fictícios para manter o anonimato.

As entrevistas foram gravadas em áudio e acompanhadas de anotações e, posteriormente, transcritas. A modalidade de análise e de interpretação dos resultados foi qualitativa aproximando-se de uma construção interativa de explicações (LAVILLE, DIONNE, 1999).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados indiciam diferentes posicionamentos dos professores investigados sobre o Exame nacional do Ensino Médio. Para alguns dos professores esse processo de avaliação é eficiente, pois analisa as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos. Eles consideram que as questões do ENEM são elaboradas respeitando os princípios da contextualização e interdisciplinaridade.

Eu acho que o ENEM é uma das melhores formas de medir a capacidade que o aluno tem de raciocinar, de organizar seus conhecimentos. As questões são muito bem elaboradas. O ENEM não valoriza o acúmulo de conhecimento, mas a capacidade do aluno de usar sua inteligência, bom senso e coerência. As questões são contextualizadas, o que leva o aluno a ter que utilizar sua capacidade de interpretação. Sem dúvida é uma das melhores formas de avaliar a capacidade do aluno de interligar as diversas disciplinas. No ENEM não sai bem quem acumulou conhecimento, mas quem sabe utilizar o que aprendeu para interpretar e responder as questões. (Miguel)

Outros dizem não depositar confiança em nenhum processo de avaliação proposto pelos órgãos educacionais. Pois os veem como forma de controlar resultados e utilizá-los para classificar os alunos e as escolas em competentes ou não, ou seja, *melhores e piores*. Põem em dúvida a visão da sociedade em relação a ser uma prova diferenciada, que não exige memorização de conceitos.

Na verdade, desconfio muito de todas essas avaliações que tomaram conta do processo educativo. [...] para mim, tudo isso está inserido numa lógica de controle de resultados, que classifica escola, estudantes e professores em “melhores” e “piores”. Talvez o ENEM seja uma prova que, por um formato um pouco diferente, tenha uma maior aceitação por parte da sociedade, porque é considerada uma “prova inteligente”, em que o aluno não é chamado a “decorar conteúdos”, mas a pensar e raciocinar. Será? Para mim, o que muda é só a roupagem. Continua sendo uma prova alheia ao cotidiano escolar, externa, elaborada por quem não está inserido no processo pedagógico e não convive com as aflições que sufocam alunos e professores no dia a dia das escolas. (Isabel)

O ENEM, de certa forma, é um processo avaliativo não só dos alunos, mas também das escolas e dos professores. Esse fato traz desconforto para os docentes. De acordo com Soares (2007, p. 10) “o uso do aprendizado dos alunos para avaliar a escola e os sistemas educacionais é opção metodológica ainda polêmica que encontra muitas resistências entre os professores e gestores dos sistemas escolares”.

O autor afirma que

Existe uma ampla literatura sobre os diferentes formatos que a avaliação do aluno, como etapa assessória ao processo de ensino-aprendizagem, pode assumir. Esse tipo de avaliação é função do professor e, nesse sentido, todo aluno tem direito de ser avaliado. Só assim é possível conhecer seu grau de sucesso na aprendizagem, as lacunas no seu desempenho, e corrigi-las no processo, isto é, ainda durante o ano letivo (SOARES, 2007, p. 11).

Uma das depoentes não acredita que o simples fato de avaliar possa trazer algum tipo de melhoria para o sistema educacional, mas que as avaliações sistêmicas correspondem a mais uma possibilidade de controlar as ações do meio escolar. Azanha (2006) esclarece que o ENEM é uma avaliação de caráter corretivo das ações docentes. Isso explica a preocupação os professores com os resultados do ENEM.

Não vejo como “avaliações” podem modificar o sistema educacional rumo a uma perspectiva de fato emancipadora para os seres que vivenciam o processo. Posso estar enganada e gostaria muito de estar. Mas, depois de alguns anos de magistério, as ilusões se desfazem... Pior ainda: “avaliações” podem oferecer possibilidade de estabelecer controle sobre o que se faz no ambiente escolar. Hoje, os professores já ministram aulas preocupados com esses resultados, não com uma educação verdadeira, que seja significativa para o mundo da criança e do adolescente, mas que renda os frutos esperados nas tais provas. Isso é grave em Minas, sobretudo, pois nossa avaliação de desempenho (dos professores) está condicionada a esses resultados que são pactuados em metas, chamadas “Acordo de Resultados”. (Isabel)

As expectativas com relação ao sistema de avaliação não é positiva. Nessa perspectiva, Soares (2007, p. 25) afirma que, sobre os sistemas de avaliação aplicados nas escolas brasileiras, “o que foi possível conhecer até aqui mostra que temos no Brasil uma urgência educacional. [...] muitas mudanças são necessárias, mas não há um consenso sobre quais mudanças são as mais efetivas e viáveis social e juridicamente”.

Um dos professores questiona o sigilo das provas, pois não confia nos órgãos responsáveis pela reprodução e distribuição delas.

Eu só tenho uma preocupação com o ENEM, na verdade tenho um pé atrás, é com a confiabilidade em relação ao vazamento de informações sobre a prova ou da prova em si. Um processo de avaliação dessa importância exige muita responsabilidade dos elaboradores e de quem imprimir a prova, e eu não confio muito. (Miguel)

Para os professores há uma disparidade entre alunos da escola pública e alunos da escola particular. Nesse sentido, levantam questionamentos sobre as diferentes condições ofertadas nos estabelecimentos de ensino o que pode acarretar melhores resultados no ENEM e que esse fato é utilizado pelas instituições privadas para elevar seu próprio prestígio. Dessa forma, os estudantes dos estabelecimentos públicos, que, quase sempre, possuem baixas condições socioeconômicas, ficam cada vez menos valorizados.

Voltando especificamente ao ENEM, vejo um marketing incrível das escolas particulares, estampando em painéis que seus alunos ficaram em primeiro lugar no ENEM... Segue a lógica da competição. O ENEM é

mais uma forma de aumentar a diferença entre as escolas pública e particular. Quem vai bem nessa prova normalmente é aluno de escola particular, que tem condição de pagar uma faculdade. (Isabel)

O depoimento sugere que o ENEM é uma forma de fazer aparecer os bons resultados da rede privada de ensino, o que faz gerar, cada vez mais, a autoafirmação das escolas particulares e o descrédito do ensino público.

De acordo com Soares (2007), em uma pesquisa educacional

[...] os resultados de uma escola dependem muito do tipo de aluno que atendem. Assim, não se pode dizer que uma escola com bons resultados é uma escola de grande efeito. Os resultados observados podem ser simplesmente conseqüências do capital cultural de seus alunos; no Brasil, muito associado ao capital econômico (SOARES, 2007, p. 16).

Azanha (2006) afirma que o ENEM firma-se no discurso de avaliar competências e habilidades, mas que só as pontuações baixas nessas provas não servem de quesito para essa pretensão. “Muitas outras variáveis precisam ser levadas em conta, como a inteligência prática, perseverança, dedicação, capacidade de cooperação, motivação etc.”. O autor ressalta, ainda, que “há o problema dos falsos negativos [...] pessoas que poderão ter oportunidades negadas a partir de uma pontuação baixa cujo valor preditivo é desconhecido” (AZANHA, 2006, p. 163).

Os professores consideram que o ENEM não é ainda a melhor forma de ingresso no ensino superior. E que essa medida não vai ao encontro do sonho dos educadores e, certamente, de inúmeros estudantes brasileiros de ter universidades públicas, de qualidade para todo e qualquer cidadão.

Quanto ao ENEM substituir o velho vestibular, é uma prova substituindo outra. Onde está aquele velho sonho, dos educadores politizados, por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, aberta a todos os cidadãos brasileiros portadores de direitos? (Isabel)

O ENEM não é considerado como uma forma de beneficiar o ingresso dos alunos da rede pública no Ensino Superior, visto que outros indicativos devem ser considerados nesses processos de avaliação e não somente o resultado. Entre eles, a condição socioeconômica e cultural dos alunos avaliados, pois esse é um fator que influencia no sucesso ou fracasso dos alunos (AZANHA, 2006; SOARES, 2007). É evidente que nesse aspecto o aluno da rede pública é menos favorecido que o da rede privada.

De acordo com Soares (2007) os resultados das avaliações aplicadas pelo governo às entidades públicas de ensino são disponibilizados para as escolas. Afirma o autor que, “para uma análise mais convincente desses dados, é preciso comparar os resultados de alunos de escolas com níveis socioeconômicos similares”. Completa ainda que “com esse cuidado é possível comparar de forma adequada o desempenho das escolas”. (SOARES, 2007, p. 16).

Dessa forma, o que se tem são resultados. O que essas informações podem trazer de melhoria para as escolas, sem a realização de políticas educacionais realmente voltadas para ações concretas? “[...] as recentes iniciativas de avaliação da educação mudaram o nível de conhecimento sobre o sistema de educação básica brasileira. As qualidades e as muitas mazelas desse sistema são agora completamente conhecidas” (SOARES, 2007, p. 24). Entretanto, quase nada foi feito para modificar essa realidade, pelo menos de forma significativa.

Soares (2007) esclarece que

Com frequência, as mudanças sugeridas ou implementadas visam apenas aspectos que, se não podem ser excluídos de consideração, como a melhoria da infra-estrutura das escolas, da remuneração dos docentes, novas formas de organização do tempo escolar, devem ser pensados principalmente como meios para obtenção do objetivo maior dos sistemas escolares, que é o aprendizado do aluno. Ou seja, na educação básica brasileira, o simples e óbvio continua necessário (SOARES, 2007, p. 25).

É perceptível que o ENEM tem movimentado o ambiente escolar pois, os professores atrelam suas ações didáticas à preparação de alunos para realizar com sucesso a prova que possibilita o ingresso no ensino superior. Placco (2003) esclarece que “[...] as escolas se sentem compelidas a adotar atividades de aprendizagem consideradas significativas e necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades avaliadas pelo referido exame”. Completa ainda a autora, explicando que, “se isso redundará em melhorias reais ao ensino, ou apenas “treinamento” para o aluno realizar as provas do Enem, ainda, não temos condições de avaliar” (PLACCO, 2003, p. 444).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se sabe foi com o intuito de acelerar as mudanças no interior da escola que o Ministério da Educação propôs o novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. O propósito da mudança é democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir à reestruturação dos currículos no ensino médio.

Ao refletir que o ensino médio, de acordo com os norteadores legais, não tem caráter propedêutico em relação ao ensino superior, parece sem finalidade associar o ENEM com o ingresso nas universidades. Pelo menos, para os alunos da rede pública de ensino.

O ENEM parece ser para os professores uma tentativa maciça de determinar as práticas docentes, impondo alguns padrões de ensino. Não obstante, por ser uma imposição externa acaba não sendo assumido pelos professores como norteador dos currículos. Entendemos que certos questionamentos, como a eficiência/benefício (ou não) do ENEM como processo seletivo para o ingresso de alunos da rede pública no ensino superior, ainda, divide a opinião docente.

Para alguns entrevistados o ENEM serve como forma de valorizar a rede particular de ensino, pois os alunos dessas instituições obtêm melhores resultados nesse processo avaliativo. Assim, esse processo, de acordo com o olhar de alguns entrevistados, aumenta a diferença entre a escola pública e a particular. E, não atende ao sonhado e idealizado direito de uma universidade pública de qualidade para todos, visto que, é considerado como uma prova substituindo outra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de Significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 26, nº. 02, p. 222 – 245, 2006.
- AZANHA, José Mário Pires. **A formação do professor e outros escritos**. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: 1999.
- _____. Ministério da Educação. **ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio**. Eixos cognitivos do ENEM. Reimpressão. Brasília, 2007.
- _____. Ministério da Educação. Portaria nº. 109, de 27 de maio de 2009. **Diário oficial da União**. Seção 01, nº. 100, p. 56-63, Brasília, 2009a. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/pdf/portaria_enem_2009_1.pdf> Acesso em: 09/12/2009.
- _____. Ministério da Educação. Portaria nº. 244, de 22 de outubro de 2009. **Diário oficial da União**. Seção 01, nº. 209, p. 18-19, Brasília, 2009b. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/pdf/portaria_enem2009_%203.pdf>. Acesso em: 09/12/2009.
- _____. Ministério da Educação. **Novo ENEM**. Brasília, 2009c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13318&Itemid=310>. Acesso em: 14/12/2009.
- CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. **Rev. Bras. Hist.** 2004, vol.24, n.48, pp. 213-231.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação?** Carlos Roberto Jamil Cury, José Silvério Bahia Horta, Vera Lúcia Alves de Brito. - São Paulo: Editora do Brasil, 1997.
- FRANCO, Creso; BONAMIGO, Alícia. O ENEM no contexto das políticas para o Ensino Médio. **Química Nova na Escola**, São Paulo, nº. 10, p. 26-31, novembro de 1999.
- GIROUX, H. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber**. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.
- LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Políticas de avaliação do MEC e suas repercussões na sala de aula. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Formação de educadores: desafio e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 439-464.
- SOARES, José Francisco. A avaliação educacional e a formação docente. In: SOUZA, João Valdir Alves de (Org.). **Formação de professores para a educação básica: dez anos da LDB**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.